Media, Democracia e Escândalos Políticos

Hélder Prior - Universidade Autónoma de Lisboa
Investigador NIP-C@M/UAL
helder.prior@gmail.com
<https://doi.org/10.26619/978-989-8191-99-1.6>

Recebido / Received 01.02.2019	Aceite / Accepted 03.03.2019	Publicado / Published 29.10.2019
-----------------------------------	---------------------------------	-------------------------------------

Como citar este capítulo / How to quote this chapter:

Prior, H. (2019). *Media*, Democracia e Escândalos Políticos. In B. Carriço Reis & S. R. Magos (Coords.). *Comunicação Política*. Lisboa: NIP-C@M & UAL, pp. 155-186. Disponível em <http://hdl.handle.net/11144/4375>. <https://doi.org/10.26619/978-989-8191-99-1.6>.

Prolegómenos

Problematizar o lugar do escândalo político na era hodierna equivale a indagar a dimensão política e comunicacional da esfera pública contemporânea. Na nossa perspectiva, o estudo do escândalo possibilita uma melhor compreensão das relações que se estabelecem entre a política e os meios de comunicação, sobretudo porque os atores políticos tendem a atuar no campo da visibilidade pública controlado pelos agentes orgânicos do campo dos *media*. Por um lado, os dirigentes políticos procuram obter visibilidade pública que lhes garanta assentimento e aquiescência junto dos eleitores, mas não devemos esquecer que essa visibilidade origina novos riscos relacionados com o excesso de exposição mediática¹. De outro modo, e de acordo com a herança do discurso liberal, o jornalismo assumiu-se como campo vigilante e desconfiado face ao poder político, demonstrando acuidade para denunciar as disfunções, os abusos dos dirigentes políticos, a corrupção e perversão no exercício do poder. Esta é, justamente, uma das heranças mais relevantes da *Ilustração*, isto é, a exigência de transparência dos atos do poder e a tendência para a visibilidade e publicidade da esfera política².

¹ Abordo os riscos relacionados com a nova visibilidade proporcionado pelo campo dos *media* em “Publicidade política e estratégias de representação: a visibilidade proporcionada pelo campo dos *media*”, *Contemporânea: Revista de Comunicação e Cultura*, Vol. 9. nº 3. Universidade Federal da Bahia, 2011. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/5359>.

² Referimo-nos, especificamente, ao princípio da publicidade teorizado pelos filósofos iluministas, particularmente à concetualização de esfera pública proposta por Immanuel Kant.

Todavia, e apesar da democracia se ter erigido, a partir do século XVIII, como o governo do poder visível, ela não aboliu, absolutamente, os redutos obscuros do exercício do poder político, “o poder invisível” na terminologia do politólogo italiano Norberto Bobbio. De facto, a proeminência do escândalo na esfera pública contemporânea não pode deixar de ser relacionada com os princípios de *visibilidade* e *transparência* que enformam as nossas sociedades nem, tão pouco, com um conjunto de transformações políticas, sociais e jornalísticas que ocorreram, particularmente, nas últimas décadas. Com efeito, o seguinte esforço concetual e analítico insere-se numa exigência de compreensão e enquadramento do lugar do escândalo político nas modernas sociedades democráticas, pautadas pela predominância do fenómeno da mediatização. O que é, afinal, o escândalo político? Quando se inicia, propriamente, o fenómeno? Qual o papel dos meios de comunicação na exposição das transgressões que redundam em escândalos políticos? De que modo o campo dos *media* configura e enforma o escândalo enquanto acontecimento mediático? Será o escândalo político um acontecimento trivial, relacionado com o sensacionalismo e *voyerismo* informativo, um sinal de decadência e desintegração da esfera pública ou, por outro lado, pode o escândalo revitalizar a política e fortalecer os seus procedimentos institucionais?

Procuraremos, ao longo do nosso excursão, responder a estes questionamentos, acreditando que a atualidade do escândalo exige uma discussão mais aturada.

O que é o escândalo? Perspetivas teóricas

Ouvimos frequentemente a palavra escândalo nos meios de comunicação, mas talvez não saibamos muito acerca do seu verdadeiro significado. Qual é, afinal, a origem etimológica da palavra? Como se define o conceito e que características apresenta? O que converte um determinado acontecimento num escândalo circunscrito ou mediático? Quais são as conceptualizações académicas mais proeminentes acerca do fenómeno? Tentaremos responder a algumas destas questões, sendo certo que é difícil, neste sucinto empreendimento analítico, apontar todos os aspetos relacionados com um conceito tão abrangente e de origem secular.

Oriunda da tradição teológica do Antigo Testamento, a palavra *skándalon*, de *origem grega*, foi originalmente usada para qualificar um “momento de fraqueza”, ou de “queda no erro”, uma espécie de “pedra de tropeço” ou “obstáculo no caminho” que pode conduzir um indivíduo à “queda” ou à “ruína”. De acordo com alguns apontamentos que se podem ler no *Antigo Testamento*, a expressão refere, também, um comportamento pecaminoso, ou uma “indignação produzida pelos maus exemplos”. Estas expressões podem ser encontradas, por exemplo, na *Carta aos Romanos* ou em versículos de São Lucas e Isaías. Como vemos, e de acordo com as escrituras sagradas, o escândalo adquire a conotação de “indignação produzida pelos maus exemplos”, ou comportamento passível de censura pública, conforme se pode ler no *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*. Já o verbo *scandalizãre* tem a aceção de “fazer cair em pecado”, “dar

motivo de censura”, “causar ruína”. De acordo com São Marcos, o escândalo é um “motivo de punição divina”, de castigo, uma indignação produzida por uma ocasião de pecado, por um qualquer motivo de fragilidade interna. Não obstante a origem etimológica oriunda do *Antigo Testamento* hebraico escrito em grego popular, a *Septuaginta*, com o devir do tempo o conceito acabou por adquirir uma significação ou conotação mais sociológica do que, especificamente, religiosa ou teológica.

Por conseguinte, e dos pontos de vista sociológico e comunicacional, perspetivas que particularmente pretendemos analisar, “escândalo” refere ou indica uma ofensa suficientemente séria às normas sociais ou aos preceitos morais de uma determinada cultura, um comportamento censurável que pode afectar a reputação dos indivíduos implicados. Com efeito, na atualidade o escândalo é compreendido como a transgressão de determinados códigos morais, sociais, culturais, sexuais ou políticos, transgressão que provoca sentimentos de indignação e reprovação por parte da “opinião pública”. De acordo com Markovits e Silverstein, autores interessados na conceptualização do escândalo do ponto de vista da Ciência Política, o conceito pode ser interpretado como “a violação dos procedimentos normativos que regulam o exercício do poder nas democracias liberais”, procedimentos que definem o jogo político como sendo aberto e acessível. Markovits e Silverstein sublinham que o escândalo político resulta da interseção entre a lógica do poder, tendencialmente secreta e exclusiva, e a lógica do “procedimento devido” que regula o exercício do poder nas democracias, necessariamente “visível”, “pública” e “inclusiva” (Markovits & Silverstein, 1988: 7).

Enquanto Markovits e Silverstein enfatizam a transgressão ou a natureza da violação dos procedimentos que regem o exercício do poder, Jiménez Sánchez define o escândalo como uma “reação da opinião pública contra um comportamento de um determinado agente político responsável por abuso de poder ou pela violação da confiança social depositada em si pelos cidadãos” (Jimenez Sánchez, 1995: 24), enfatizando as manifestações de indignação provocadas por um comportamento “pecaminoso”. Já John Thompson, na influente obra *Political Scandal: power and visibility in the media age*, identifica cinco características essenciais que permitem catalogar um fenómeno ou um acontecimento como sendo um escândalo político. Para o autor, os escândalos apresentam as seguintes características: a) o escândalo implica a existência da transgressão de certos valores, normas ou códigos morais; b) o escândalo implica um certo nível de segredo sobre essas transgressões, segredo que, no entanto, é desvelado por indivíduos que não estão implicados nas ações, definidos como “não participantes”; c) esses indivíduos reprovam essas ações e sentem-se, necessariamente, ofendidos por elas; d) alguns “não participantes” expressam publicamente a sua desaprovação, tornando públicas as transgressões; e) a revelação das transgressões e a eventual condenação da opinião pública podem afetar a reputação dos indivíduos que se encontram no epicentro do escândalo (Thompson, 2000: 14-24). Segundo Thompson, o desenvolvimento das sociedades modernas originou uma maneira particular de escândalo distinta dos chamados escândalos circunscritos que existem desde as formas primitivas de organização social, uma forma peculiar de escân-

dalo que depende, em grande medida, das características específicas dos meios de comunicação e da configuração do espaço público mediatizado. Agora emergem os “escândalos mediáticos”, caracterizados por uma nova dimensão espaço-temporal e pautados pelas formas mediatizadas de comunicação. Vejamos a formulação do autor:

Todas as formas de escândalo implicam necessariamente um grau de conhecimento por parte de indivíduos não participantes, daí que os escândalos sejam forçosamente assuntos “públicos”. Porém, as formas de publicidade que caracterizam os escândalos circunscritos dos mediáticos são distintas. Os escândalos circunscritos pautam-se pelo que denominei de publicidade tradicional em co-presença: são acontecimentos que se desenvolvem na vida de todos os dias, acontecimentos onde os indivíduos interagem cara a cara. (...) Os escândalos mediáticos, pelo contrário, caracterizam-se pelo que denominei de publicidade mediatizada: são acontecimentos que se desenvolvem, pelo menos em parte, graças às formas de comunicação mediatizada e que adquirem uma notoriedade pública independente da capacidade de serem vistos ou ouvidos de forma directa por uma pluralidade de indivíduos co-presentes (Thompson, 2000: 62)³.

Assim, é a publicidade mediatizada que amplifica as transgressões que estão na origem de um determinado escândalo, possibilitando que indivíduos que não partilham a mesma referência

³ Tradução nossa.

espaço-temporal experienciem o fenómeno através da ação dos meios de comunicação. As manchetes nos jornais, a articulação de julgamentos negativos na imprensa, a caricatura mordaz e por vezes humilhante dos indivíduos cujas ações (alegadas ou reais) são objeto de reprovação: é a repetida expressão destes atos mediatizados de comunicação que causa o clima de reprovação que caracteriza os escândalos mediáticos (Cf. Thompson, 2000: 67).

O escândalo político como fenómeno contemporâneo

A eclosão de escândalos mediáticos que envolvem atividades ilícitas ou práticas imorais por parte de dirigentes políticos, converteu-se num assunto recorrente da vida pública das democracias contemporâneas, particularmente nas últimas décadas. O escrutínio público do comportamento ou das atividades económicas, sexuais ou relativas ao exercício do poder por parte dos dirigentes políticos, passou a ter ampla cobertura nos meios de comunicação, quer nos meios de comunicação considerados tradicionais (rádio, imprensa escrita, televisão), quer nos chamados novos *media*, expressão taquigráfica para designar os meios de comunicação digitais e as plataformas de social *media* como o Youtube, Facebook, o Twitter ou a blogosfera.

Efetivamente, os meios de comunicação representam um importante campo na configuração dos escândalos políticos, assumindo um papel decisivo nas denúncias públicas que marcam a eclosão do fenómeno, a chamada *publicitação da transgressão*,

mas também no desenvolvimento das suas fases e, não raras vezes, na compleição de um discurso moralizador, funcionalista, de fundo ético, que pode contribuir para o reequilíbrio ou para a homeostasia do sistema político e social.

Um aspeto importante que nos ajuda a compreender a proeminência do escândalo nas democracias contemporâneas diz respeito ao surgimento e desenvolvimento do jornalismo de investigação, isto é, um tipo de jornalismo especializado na investigação do lado obscuro da política, das suas disfunções e dos comportamentos ética e juridicamente reprováveis dos funcionários públicos. Este tipo peculiar de jornalismo tem contribuído para a revelação de muitos casos de corrupção ou perversão do exercício do poder que, não fosse a atividade dos jornalistas, permaneceriam resguardados nos espaços recônditos do poder e na esfera da impunidade jurídica. Quando demonstra a sua acuidade para investigar e denunciar os comportamentos inapropriados dos funcionários públicos, direcionando-se para o interesse público, isto é, para a revelação de factos e acontecimentos que os cidadãos têm o direito de conhecer no contexto de uma democracia liberal, o jornalismo de investigação cumpre umas das suas funções essenciais. Herdeiro da tradição americana do *muckraking*⁴, um tipo de jornalismo oriundo do início do século XX que popularizou uma espécie de *literature of exposure*

⁴ De acordo com o *New Oxford American Dictionary*, o termo *muckraking* refere ou indica a procura e exposição de informações escandalosas sobre personalidades públicas. “Geralmente os *muckrakers* focavam a sua atenção em três alvos específicos: negócios poderosos, políticos e injustiças sociais”. Protess, D. et al. (1991). *The Journalism of Outrage: Investigative Reporting and Agenda Building*. New York: The Guilford Press, p. 37.

sobre os governos da época, o jornalismo de investigação converteu-se num símbolo da liberdade de imprensa e da responsabilidade social do campo do jornalismo político, particularmente nos anos 60 e 70 do século passado, devido ao posicionamento crítico da imprensa americana sobre a Guerra do Vietname e devido, também, às investigações jornalísticas acerca da participação de Richard Nixon no escândalo *Watergate*.

Por outro lado, a transformação da visibilidade pública e o facto de a democracia se ter erigido como o governo do poder visível, do poder “público” (estatal) que age em público (à vista de todos) e que pode ser escrutinado pelos cidadãos ou por outras instituições, como os *media* e a esfera da justiça, tornou mais difícil a manutenção do secretismo em muitas atividades dos dirigentes políticos. Dito de outro modo, é, atualmente, muito mais difícil que os dirigentes políticos consigam esconder as suas atividades públicas ou privadas que possam resultar na eclosão de um escândalo mediático.

A “nova visibilidade” dos atores políticos ampliou a publicidade das suas ações e de aspetos relacionados com a sua vida privada, gerando, conseqüentemente, novos riscos relacionados com a exposição pública de eventuais transgressões. Se, por um lado, os atores políticos beneficiam dos novos espaços de visibilidade pública proporcionados pelo desenvolvimento dos meios de comunicação, particularmente da televisão e das modernas redes sociais digitais, não devemos perder de vista que a sociedade da “auto-revelação” contribuiu para a erosão das fronteiras tradicionais que separam a esfera pública da esfera privada. Os meios

de comunicação converteram-se em dispositivos de visibilidade fundamentais para a esfera política, garantido publicidade e aquiescência aos seus dirigentes. Assim, os atores políticos não têm outra opção que não seja a de se submeterem à lógica da visibilidade compulsiva: “renunciar à visibilidade oferecida pelos meios de comunicação seria um ato de suicídio político e uma manifestação de má-fé por parte de quem está tão habituado à arte da autoapresentação” (Thompson, 1995: 137-138).

Recorrendo à metáfora dramatúrgica que serve para caracterizar a vida social na perspectiva de Erving Goffman (1993), podemos dizer que é evidente que os factos e os acontecimentos favoráveis à imagem pública que se pretende projetar são expostos nas chamadas “regiões de fachada” ou “palco”. De outro modo, também é evidente que os aspetos menos favoráveis à construção dessa imagem tendem a ser suprimidos ou ocultos nas regiões das “traseiras” ou “bastidores”, conforme nos ensina a sociologia da comunicação. Quando tais aspetos são transpostos para o domínio público, gerando sentimentos de indignação e discursos acusatórios, convertendo-se, consequentemente, num foco de atenção por parte do jornalismo político, é previsível que tais acontecimentos sejam enquadrados mediante elementos retóricos característicos dos escândalos mediáticos.

Na contemporaneidade, uma parte significativa de escândalos que irrompem na esfera pública estão, efetivamente, associados à ténue fronteira que separa o público do privado ou, na terminologia de Goffman, as “regiões de fachada” dos “bastidores”.

Devido à lógica dos *media*, o exercício do poder político disputa-se numa arena cada vez mais aberta e exposta ao olhar e ao escrutínio públicos. Por muito que os dirigentes políticos procurem controlar as impressões que chegam ao público, recorrendo a princípios dramáticos de exposição e encenação do *self*, eles próprios têm consciência das dificuldades inerentes à administração da visibilidade pública e ao controlo das filtrações que chegam ao conhecimento dos agentes orgânicos do sistema mediático.

Com efeito, a atualidade do escândalo relaciona-se mais com a transformação da visibilidade pública dos dirigentes políticos e, também, com a “invasão” do sistema legal sobre o sistema político, com o consequente estabelecimento de procedimentos normativos que regem o exercício do poder do que, propriamente, com um declínio dos valores morais e do caráter dos dirigentes políticos. A existência de mecanismos legais de escrutínio da atividade dos governos e dos parlamentares, como as comissões de inquérito e demais mecanismos de controlo próprios de uma democracia liberal, ajuda a explicar a proeminência do fenómeno do escândalo político na contemporaneidade. A propósito, autores como Markovits e Silverstein consideram, inclusivamente, que o escândalo político só pode ocorrer nas democracias liberais, pois só estas se regem por procedimentos normativos sólidos que regulam o exercício do poder político (Markovits & Silverstein, 1988). Quer isto dizer que a atualidade do fenómeno está mais relacionada com um conjunto de transformações políticas e sociais que ocorreram nas últimas décadas, particularmente a partir dos anos 60 e 70 do século passado, e menos

com o caráter ou com a falta de valores morais dos políticos contemporâneos face aos dirigentes de outrora.

As fases de desenvolvimento do Escândalo Político

Os escândalos políticos têm um desenvolvimento e uma estrutura temporal marcada, de modo decisivo pelo, ritmo, lógica, recursos, incentivos, pauta e interesses dos meios de comunicação. Os escândalos são acontecimentos “abertos” e fortemente pautados pela imprevisibilidade. Não obstante, o seu desenvolvimento é modelado por distintas fases ou “estados de ânimo”. A propósito, John Thompson identifica quatro fases de desenvolvimento do escândalo mediático. A primeira é a fase prévia do escândalo, respeitante ao momento das transgressões cometidas em segredo. A segunda fase, refere-se à *denúncia pública* dessas transgressões ou “publicitação”, que diz respeito à eclosão propriamente dita do escândalo mediático. O terceiro momento é o da *culminação* ou *desenlace*, momento onde os dirigentes políticos podem assumir a sua responsabilidade ou até serem judicialmente condenados por certos crimes. Por fim, a fase das *consequências* onde, muitas vezes, se discutem eventuais reformas para prevenir transgressões futuras (Thompson, 2000: 107-111). O autor sublinha que o desenvolvimento do escândalo é ainda marcado pela atuação das instituições policiais, judiciais e até políticas, instituições que desempenham um papel preponderante no desdobramento do fenómeno e inclusivamente na intensidade da cobertura informativa.

Já Lawrence Sherman, num trabalho pioneiro sobre escândalo político publicado em 1978, vislumbra seis fases de “mobilização” do fenómeno, evidenciando a dinâmica de acusação e defesa entre os agentes que denunciam o escândalo e os atores que são visados pelas denúncias. Para Sherman, as duas primeiras fases consistem na *revelação* da transgressão e posterior *publicação* na imprensa ou denúncia pública. Após serem conhecidas as alegações que recaem sobre o(s) indivíduo(s), é previsível que se defenda(m) dessas alegações, negando ou explicando os acontecimentos que estão na base das acusações (fase de *defesa*). A quarta fase diz respeito à *dramatização* do acontecimento, momento em que a *opinião pública* e a opinião publicada na imprensa se convertem em instâncias críticas, ampliando os acontecimentos, as alegações e contra-alegações, atraindo a atenção pública para o fenómeno. Deve referir-se que os meios de comunicação desempenham, nesta fase, um papel decisivo na configuração do acontecimento, enformando o escândalo de acordo com certas estratégias ou artimanhas enunciativas. A quinta fase diz respeito à acusação e, por vezes, condenação pública o(s) indivíduo(s) por detrás de transgressões que, pela sua natureza, geram sentimentos de reprobção ou indignação na opinião pública. É a fase de um eventual processo institucional contra quem está na origem de um determinado escândalo. A sexta e última fase refere-se à estigmatização das personagens do escândalo mediante um consenso generalizado. É a fase das consequências ou do *veredicto* para os perpetradores do escândalo, momento onde a sua reputação pode ser irremediavelmente afetada (Sherman, 1978: 59-60).

Também Markovits e Silverstein influenciaram a conceptualização das fases de desenvolvimento do escândalo mediático resumindo, do seguinte modo, o desenvolvimento dos escândalos na esfera pública contemporânea:

Geralmente, um período de normalidade é perturbado por um acontecimento imprevisto. Inicialmente confinado a um pequeno número de participantes, o transgressor e a vítima, o acontecimento sai posteriormente da esfera restrita mediante a ação de um terceiro elemento, muitas vezes denominado de “purificador”. Na terceira fase, o acontecimento torna-se público e são feitas exigências de punição e restituição da ordem. A quarta fase do escândalo compreende um processo de reafirmação que implica a punição dos transgressores e a discussão de reformas. O ciclo fica completo quando a normalidade é reposta, incorporando as reformas destinadas a proteger o sistema de transgressões similares no futuro (1988: 3)⁵.

A anatomia do escândalo mediático

A configuração do escândalo político no espaço público mediático depende, em boa medida, do papel desempenhado pelo campo dos *media* e pelas dinâmicas inerentes à atividade jornalística (rotinas, fontes, interesses, posicionamentos ideológicos, práticas profissionais e aspetos deontológicos). A propósito, um

⁵ Tradução nossa.

autor como Robert Entman considera que a conformação do escândalo é marcada de modo premente pela natureza das notícias e pela ação das elites políticas e dos líderes de opinião no estabelecimento da agenda mediática. O autor utiliza o termo *sponsors* para se referir a atores estratégicos e membros de redes de influência e de elites políticas que contribuem para promover ou bloquear as notícias sobre acontecimentos escandalosos. Tal como Thompson, Entman reforça o papel crucial dos meios de comunicação na configuração dos acontecimentos e na criação de um clima favorável ou desfavorável aos indivíduos que se encontram no epicentro do escândalo. Na perspectiva do autor de *Scandal and Silence*, o escândalo político denota, assim, transgressões cometidas por presidentes ou candidatos a cargos públicos que são publicitadas pelo campo dos *media* como um problema grave para a esfera política, um problema que deve ser escrutinado e, de alguma forma, remediado (Entman, 2012: 4).

Entman sublinha que para apelidarmos um evento como sendo um escândalo mediático devemos ter atenção a três aspetos cruciais da sua mediatização: *duração da cobertura, proeminência e ressonância informativas*. A duração da cobertura noticiosa é um bom indicador acerca da penetração do escândalo na consciência do público e na produção de reações por parte de atores políticos e jornalistas. Neste sentido, e para que possamos falar de um escândalo mediático, as notícias sobre o acontecimento devem prolongar-se por vários dias e a temporalidade da cobertura deve ser, no mínimo, superior a uma semana.

Paralelamente, o acontecimento deve ser visível e proeminente nas manchetes dos jornais, nos textos dos editoriais, nos programas televisivos de informação e comentário político. Por fim, o escândalo deve ser enquadrado como tal, ou seja, mediante uma linguagem com forte carga simbólica e moralizadora, recorrendo a expressões culturais e morais, a imagens que conotam os indivíduos envolvidos como culpados ou responsáveis por condutas eticamente reprováveis e causadoras de um certo empobrecimento ou depauperação da política e do contexto social. No fundo, o acontecimento deve ser enquadrado com um discurso moralizador por parte dos meios de comunicação, um discurso que reforce as normas e os valores entretanto transgredidos (Entman, 2012: 34-35).

Entman identifica cinco níveis de ativação do escândalo mediático no que apelida de “rede de ativação em cascata”. O primeiro nível corresponde à cultura, isto é, aos quadros ou aos esquemas mentais do público e das elites, enquadramentos que são postos em causa por um comportamento ou acontecimento. O segundo e terceiro níveis referem-se às redes de comunicação e aos enquadramentos estratégicos e não estratégicos dos *media* e das elites políticas. O quarto nível compreende as formas de comunicação mediática, ou seja, notícias, blogues, comunicação interpessoal, estratégias de *infotainment*. O quinto e último nível corresponde aos efeitos na opinião pública medidos mediante indicadores como sondagens, *polls* ou respostas públicas de movimentos sociais (Entman, 2012: 35). É a ativação destes níveis e a respetiva ação dos agentes e atores correspondentes que influencia na amplificação ou no silenciamento de um determinado escândalo político.

A importância do fluxo de notícias, dos enquadramentos dos *media* e, também, dos partidos da oposição e das “elites mediáticas” são, também, elementos apontados pelo cientista político, Brendan Nyhan, na configuração do escândalo mediático. Para Nyhan, a conformação do escândalo no espaço público não depende, exclusivamente, da existência de um comportamento que provoque sentimentos de reprovação generalizada, isto porque Nyhan considera que existem duas “variáveis independentes” da transgressão que têm um papel preponderante na configuração do fenômeno: a imagem que os partidos da oposição têm sobre o dirigente político envolvido num escândalo e a publicação de notícias sobre outros assuntos que acabam por preencher a agenda mediática e desviar a atenção pública para outros temas.

Num estudo acerca da cobertura de escândalos mediáticos realizada pelo *Washington Post* entre 1977-2008 e que envolveram presidentes americanos, Nyhan concluiu que, quando os partidos políticos da oposição apresentam sentimentos negativos face a um presidente, o impacto do escândalo na agenda dos *media* tende a aumentar e, por outro lado, quando a agenda mediática está mais congestionada com outros temas ou assuntos que condicionam a atenção pública, a intensidade da cobertura tem tendência a diminuir (Nyhan, 2014: 436).

O autor atribui uma influência crucial das chamadas “elites mediáticas” nas tentativas de promover ou de silenciar determinados escândalos políticos. Tal como sublinha Entman, uma definição robusta de escândalo deve incorporar não apenas os

danos políticos, resultantes de uma proeminente publicitação das transgressões na imprensa, mas também os acontecimentos que não conseguem acumular tempo suficiente de exposição mediática, tempo necessário na captura da atenção pública (Entman, 2012: 5). “Depois de alguns ciclos de notícias, muitos escândalos políticos desaparecem em silêncio porque nenhuma entidade governamental inicia ações corretivas dignas de notícia ou nenhum poderoso patrocinador do escândalo mantém o ritmo da bateria”, sublinha. (Entman, 2012: 26).

Por conseguinte, a cobertura mediática é o barómetro que indica a existência, ou o silenciamento e invisibilidade de um determinado escândalo político. Em muitos casos, os escândalos evidenciam disputas pelo poder simbólico entre as organizações mediáticas e a esfera política. Os meios de comunicação tendem a assumir-se como poder vigilante da esfera política, denunciando os desvios desta perante o “tribunal” da opinião pública. Já o campo político tende a desacreditar as organizações mediáticas, acusando os jornalistas e as agências noticiosas de perseguição política e de agir mediante interesses obscuros, procurando bloquear os escândalos e forçar os *media* ao silêncio (Prior, Guazina & Araújo, 2015). De outro modo, é previsível que os partidos políticos da oposição instrumentalizem o escândalo político como arma de arremesso contra os seus adversários, explorando as denúncias que recaem sobre os seus opositores. Como, com acerto, sublinha Theodore Lowi:

Uma vez que a exposição pública é um elemento crucial do escândalo político, podemos afirmar, como se de um teorema se

tratasse, que a sociedade terá poucos ou nenhuns escândalos se não houver meios institucionalizados de exposição. Deste modo, mesmo que existam condições culturais para a eclosão de um escândalo, condições que têm que ver com a transgressão de valores genuínos, o escândalo não acontece espontaneamente, mas requer a atenção e o incentivo necessários para ser revelado e obter atenção do público. Uma imprensa livre é essencial, mas uma imprensa livre necessita de informação privilegiada, de incentivo e capacidade institucional, capacidade que, na maior parte dos casos, é fornecida pelos partidos da oposição (Lowi, 1988: 10)⁶.

Devemos, com efeito, considerar que a configuração do escândalo político resulta de um processo de co-construção que envolve os agentes orgânicos do campo do jornalismo, os seus interesses profissionais, posicionamentos ideológicos e políticos, os partidos políticos, particularmente os partidos que procuram ganhar benefícios eleitorais com a exploração de um determinado escândalo, e os grupos de pressão e membros de elites midiáticas, cuja ação condiciona o foco de atenção sobre um determinado tema ou assunto. O escândalo político é um processo socialmente construído que emerge na esfera pública quando o comportamento público ou privado de dirigentes políticos é interpretado, pelo campo dos meios de comunicação e pela esfera política, como um comportamento que ofende normas morais, sociais ou institucionais e que, por isso mesmo, deve ser

⁶ Tradução nossa.

publicamente discutido e conduzir, eventualmente, a reformas políticas destinadas a precaver futuras transgressões.

A mediatização do escândalo político: recursos expressivos e estratégias retóricas de fabricação mediática

O escândalo político desenvolve-se literalmente nos meios de comunicação e as dinâmicas profissionais próprias do campo, as rotinas das organizações mediáticas, as suas peculiaridades na instituição dos acontecimentos do mundo, os seus interesses comunicativos e posicionamentos ideológicos, desempenham um papel preponderante na visibilidade, publicização, agendamento, e reconfiguração narrativa do acontecimento. Tal como, de forma contundente, sublinha Elizabeth Bird, “o primeiro passo para compreender o papel do escândalo é reconhecer que este tipo de notícia surge, invariavelmente, sob a forma de «estória» e não de modo conciso, como é típico da pirâmide invertida” (Bird, 2005: 101). Na perspetiva de Bird, o escândalo mediático irrompe com a publicação de uma notícia inicial, mas ele só se configura verdadeiramente após a publicação de “estórias de acompanhamento”. Reitera ainda que “Todos os escândalos mediáticos são estórias, mas nem todas as estórias são escândalos” (*Idem*: 102). Efetivamente, ao escândalo político é inerente uma estrutura temporal e sequencial marcada pelas pautas específicas dos *media* e, não menos importante, pelo seu ritmo de exploração e difusão dos acontecimentos públicos.

Por outro lado, é importante destacar que enquanto sistemas de mediação simbólica, os meios de comunicação apropriam-se, de certa forma, dos acontecimentos do mundo, atribuindo-lhes sentido e inteligibilidade. O registo da atualidade não é uma mera representação mimética da realidade, já que a configuração dos acontecimentos públicos é permeada por esquemas comunicacionais que os instituem mediante efeitos de real, que aproximam a reconstrução linguística do acontecimento ao fenómeno em si, mas também mediante efeitos de sentido estéticos ou poéticos que despertam imaginários e metanarrativas. Trata-se de uma espécie de “refiguração narrativa” presente nos *mass media* que, na perspectiva de um autor como Gianni Vattimo, operacionaliza a informação pós-moderna como uma “nova” ou como uma “fábula”. Por outras palavras, é na narrativa jornalística que o escândalo se configura e não no facto ou no acontecimento em si. O escândalo mediático não é o facto em si mesmo, a transgressão que está na sua origem, mas é aquilo que os jornalistas, com os seus “óculos especiais” (Bourdieu, 1997), constroem e instituem.

Na nossa perspectiva, esta efabulação do mundo evidencia-se, de modo peculiar, na instituição dos escândalos mediáticos, uma vez que se tratam de eventos particularmente permeáveis aos dispositivos lúdicos, ficcionais e dramáticos do *medium*. O escândalo político, por ser um evento disruptivo, aciona facilmente os dispositivos dramáticos do campo dos meios de comunicação ou, retomando Vattimo, aciona o “mundo fantasmático” dos *mass media*. Acontecimento “aberto” a novos desenvolvimentos, revelações, interpretações, pontos de viragem, perso-

nagens e episódios, o escândalo político apresenta uma dinâmica comunicativa que favorece o seu enquadramento enquanto diegese pautada por uma infinidade de recursos linguísticos e de artimanhas enunciativas.

A descrição dos acontecimentos, a definição da temporalidade desses acontecimentos, a sua sequenciação em episódios ou atos, e a explicação desses episódios, isto é, a atribuição de sentido à realidade que, entretanto, se reconstrói, são etapas que fazem parte de um trabalho de recomposição dos elementos que dão vida à narrativa do escândalo político (Prior, 2016: 270).

Assim, quando um determinado escândalo político emerge enquanto acontecimento público, erige-se um complexo processo de comunicação mediática que envolve acusações, denúncias, delações, reações de defesa, lutas pela aquisição do poder simbólico e imposição de narrativas explicativas, que têm uma característica particular: os acontecimentos são pautados pelos enquadramentos dos meios de comunicação que constroem e organizam os eventos mediante recursos ou códigos narrativos⁷. Como, sobre este ponto, acrescentam Canel e Sanders:

nos escândalos mediáticos, estórias e personagens são criadas e qualidades atribuídas; as estórias têm *plots* e pontos de viragem; elas recebem uma ordem temporal com vista à criação de um todo coerente⁸ (Canel & Sanders, 2006: 53).

⁷ Desenvolvo a questão dos recursos expressivos ou códigos narrativos do escândalo no artigo “O escândalo político como experiência narrativa”, *Brazilian Journalism Research*, Vol, 2, nº 2, 2015.

⁸ Tradução nossa.

Num contexto onde os meios de comunicação se assumem como “máquinas narrativas” (Rodrigues, 1984), a instituição do escândalo político adquire um certo enquadramento narrativo baseado na organização linguística dos acontecimentos que estiveram na origem da sua eclosão, na fragmentação em episódios principais e secundários, na individualização e personalização do enredo recriado mediante a identificação dos protagonistas e antagonistas, dos heróis e dos vilões da narrativa, na definição e organização temporal das ações realizadas por essas personagens e, não menos importante, na seleção, por parte do narrador-jornalista, de elementos linguísticos que possibilitam uma certa composição poética ou estética que ajuda não só a enquadrar e instituir o acontecimento jornalístico, mas também a capturar a atenção pública da audiência.

Os escândalos político-mediáticos devem ser interpretados, justamente, como “um jogo hermenêutico de significações”, um processo “aberto” que se reconfigura nos dispositivos retóricos dos *media* através de estratégias e de artimanhas enunciativas próprios do mundo da informação. Mediante esquemas enunciativos, o campo dos *media* converte o fenómeno num acontecimento público, “dizível” e inteligível, onde os atos de fala conduzem o leitor a certas interpretações subjetivas (*narratividade*) ou estados de espírito. Tais esquemas ou estratégias narrativas, possibilitam o desdobramento do escândalo em episódios principais ou secundários (*serialidade*), o enquadramento dos conflitos entre personagens (delatores e transgressores), instituições envolvidas (instituições mediáticas, políticas, jurídi-

cas...), bem como a ênfase de um certo discurso acusatório e moralizador (*dramaticidade*).

Não obstante, e uma vez que qualquer narrativa mediática necessita de personagens responsáveis por fazer progredir a ação no enredo, o escândalo mediático tem, necessariamente os seus actantes ou, nas palavras de Thompson, *dramatis personae*. Por conseguinte, a *personalização* é um dos recursos expressivos ou códigos narrativos mais interessantes do escândalo mediático, uma vez que possibilita, ao analista, descortinar as *qualificações* e as *funções* atribuídas pelo enquadramento dos *media* aos indivíduos que se encontram no epicentro das denúncias. Como sublinha Tzvetan Todorov, as personagens não podem existir fora da ação e, por outro lado, não pode haver ação sem personagens (Todorov, 1970: 120).

De outro modo, e uma vez que a cultura mediática é, necessariamente, uma experiência em segunda mão, uma experiência porosa e pautada por esquemas *artefactuais*, tal como apontou Jacques Derrida, a conformação do escândalo mediático é, muitas vezes, pautada e enformada por uma gama de efeitos estéticos ou efeitos poéticos que adornam o texto jornalístico e que permitem descortinar interesses comunicativos estratificados na linguagem dos *media* (*artefatualidade*)⁹.

⁹ Desenvolvo os recursos expressivos ou códigos narrativos do escândalo mediático em Prior, H. (2016). *Esfera Pública e Escândalo Político*. Media XXI, Porto.

Jornalismo *versus* Política: tensões entre o campo dos *media* e o campo político

A configuração dos escândalos políticos na esfera pública mediaticizada revela, ainda, uma relação de conflito entre o campo¹⁰ dos *media* e o campo político, reforçando a ideia amplamente difundida do “quarto poder”, uma hipérbole que visa colocar a imprensa ao mesmo nível das instâncias tradicionais do poder. De acordo com Safire, “a expressão foi usada para colocar a Imprensa em pé de igualdade com os grandes poderes de uma nação” (Safire, 1980: 242). A origem da fórmula resulta, ao que parece, de uma frase de um escritor da época que apelidou o jornalista inglês, William Hazlitt, temido pela sua atividade de panfletário, precisamente de “quarto poder” (Mesquita, 2002: 108). A fórmula passou a ser utilizada pelos profissionais do campo dos *media* quer como forma de reforçar a sua atividade de guardiães do espaço público, quer como conquista de legitimidade face ao campo político. Todavia, o valor da fórmula “quarto poder” situa-se, apenas, ao nível das perceções sobre a legitimidade da imprensa para abordar temas de interesse público e, não menos importante, para escrutinar os poderes.

¹⁰ Neste empreendimento seguimos o conceito de campo proposto por Pierre Bourdieu, que nos permite pensar as relações de poder que se estabelecem entre os agentes e as forças dos *media* e da política. Para o autor, campo é um microcosmo de lutas simbólicas, um espaço social estruturado, com dominantes e dominados, com relações de desigualdade que se exercem no interior desse espaço. As lutas acontecem entre aqueles que querem manter a sua posição de poder e aqueles que querem ocupar essa posição, tensão que nos permite compreender as relações que se estabelecem entre os *media* e a política pela obtenção do “poder simbólico”. Veja-se Bourdieu, P. (1997). *Sobre a Televisão*. Zahar, Rio de Janeiro.

A imagem da imprensa *watchdog* das instituições perante os abusos do poder político resulta da representação do jornalismo no auge das ideias liberais, mas continua hoje a ser utilizada como fonte de legitimidade da própria imprensa e enquanto modo de afirmação dos seus profissionais. A representação do jornalismo como “quarto poder” ou “contra-poder”, ideia aplicada na atualidade com maior frequência, enquadra-se em momentos em que o campo dos *media* se destacou na defesa do interesse público. Os escândalos *Pentagon Papers*, nos anos 60 e com envolvimento do *New York Times*, e o caso *Watergate*, cujo envolvimento dos jornalistas do *Washington Post*, Carl Bernstein e Bob Woodward é um marco indelével da história do jornalismo de investigação, comprovam as mitologias glorificantes do jornalismo “contra-poder”. Não é ao acaso que filmes como *Os Homens do Presidente* celebraram e glorificaram o papel da investigação jornalística na perscrutação dos desvios do poder.

Todavia, a publicização de escândalos políticos não revela, apenas, as grandes sagas do jornalismo de investigação que, particularmente, se seguiram ao escândalo *Watergate*. Nas décadas seguintes, vários episódios delicados do ponto de vista ético colocaram o jornalismo sob forte crítica. O recurso a técnicas de manipulação, como aconteceu na cobertura televisiva da Guerra do Golfo, ou as falhas éticas na ânsia de satisfazer os impulsos comerciais e até *voyeuristas* da imprensa sensacionalista, sem olhar a meios, afetaram a credibilidade do campo. Neste ponto, o escândalo que levou ao encerramento do tablóide britânico, *News of The World*, demonstra os métodos ilegais e até imorais da investigação jornalística ou, se quisermos, os crimes que

podem ser cometidos pelos profissionais do campo dos *media* quando a sua atividade se direciona para o interesse do público, no sentido de satisfação da curiosidade da audiência e dos impulsos comerciais das instituições mediáticas. A ideia de interesse público continua a servir os propósitos do jornalismo enquanto instituição de contra-poder, legitimando a sua função social e reforçando a sua identidade e importância perante a sociedade, mas não devemos esquecer que o campo do jornalismo vive dos pressupostos que regem a economia da atenção e os interesses de um modelo de jornalismo empresarial que tem uma relação meramente tangencial com os princípios normativos herdados das revoluções burguesas e do período liberal.

Procurando o desígnio quase imperativo de vender jornais e de capturar a atenção pública, muitas vezes alimentando o conflito com o campo político, a imprensa tem enfraquecido a confiança social em si depositada pelos cidadãos. Tal como sublinha Castells, “a ironia é que à medida que os *media* desempenham o seu papel na propagação de escândalos e deslegitimação das instituições, ela enfrenta o risco de perder a própria legitimidade frente ao seu público” (Castells, 2017: 346).

Com efeito, os escândalos mediáticos assumem-se, não raras vezes, como instrumentos de legitimação da máquina dos *media* e a criminalização da política, fenómeno que escândalos como a *Operação Marquês*, em Portugal e, particularmente, a *Operação Lava Jato*, no Brasil, demonstram, é o resultado da prevalência da política de escândalos em muitas sociedades contemporâneas.

Em virtude da prevalência da política de escândalos, independentemente dos resultados específicos em um determinado contexto, o cenário político inteiro se transforma em todos os locais porque a associação generalizada da política com comportamento escandaloso contribui para a alienação do cidadão em relação às instituições e à classe política, contribuindo assim para uma crise internacional de legitimidade da política (Castells, 2017: 309).

A desconfiança dos cidadãos em relação à política e aos políticos é, com efeito, impulsionada pela “cobertura adversária” do campo dos *media*, ainda que esta cobertura seja muitas vezes seletiva em relação a determinados dirigentes políticos e em detrimento de outros, conforme assinalámos anteriormente. Afinal, será necessário um quinto poder, para vigiar o quarto? Quem vigia os vigilantes do espaço público?

Bibliografia

Bourdieu, P. (1997). *Sobre a Televisão*. Rio de Janeiro: Zahar.

Canel, M. J. & Sanders, K. (2006). *Morality Tales: political scandals and journalism in Britain and Spain in the 1990s*. Broadway: Hampton Press.

Castells, M. (2017). *O Poder da Comunicação*. São Paulo: Paz e Terra.

Derrida, J. & Stiegler, B. (1996). *Échographies de la Télévision*. Paris: Galilée.

Entman, R. (2012). *Scandal and Silence: media responses to social misconduct*. Cambridge: Polity Press.

Figueiredo, C. (1996). *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Bertrand.

Goffman, E. (1993). *A Apresentação do Eu na Vida de Todos os Dias*. Lisboa: Relógio D'Água Editores.

Lowi, T. J. (1988) «Prefácio», in Markovits, A.S. & Silverstein, M. (orgs.), *The Politics of Scandal: Power and Process in Liberal Democracies*, New York: Holmes & Meier Publishers.

Habermas, J. (2006). *Historia y Crítica de la Opinión Pública: la transformación estructural de la vida pública*, Barcelona: Editorial Gustavo Gili.

Jiménez Sanchez, F. (1995). *Detrás del Escándalo Político: opinión pública, Dinero y Poder em España del siglo XX*. Barcelona: Tusquets Editores.

Markovits, A. & Silverstein, M. (1988). *The Politics of Scandal: power and process in liberal democracies*. New York: Holmes & Meier Publishers.

Mesquita, M. (2002). Percepções contemporâneas do Poder dos *Media*. in A. P. Monteiro, *Estudos em Direito da Comunicação*. Coimbra: Instituto Jurídico da Comunicação.

Nyhan, B. (2014). Scandal Potential: how political context and news congestion affect the president's vulnerability to media scandal, B.J.Pol.S. 45, *Cambridge University Press*, 435–466. Available in: <https://pdfs.semanticscholar.org/d58d/83774d7d8e2d7ac238f658167d8011614057.pdf>

Prior, H. (2012). *Esfera Pública e Escândalo: o secreto no âmbito público*. Tese de Doutoramento, Universidade da Beira Interior, Covilhã. Disponível em: <https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/2813/1/Esfera%20p%C3%ABlica%20e%20esc%C3%A2ndalo%20final.pdf>

Prior, H. (2015). “O escândalo político como experiência narrativa”, in *Brazilian Journalism Research*, Vol. 2, Nº 2. Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/722>.

Prior, H. (2016). *Esfera Pública e Escândalo Político: a Face Oculta do poder*. Porto: Media XXI.

Prior, H. (2018). “Escândalo Político e Narratologia: tecendo os fios narrativos dos casos Face Oculta e Lava Jato”. *Revista Famecos: Mídia*,

Cultura e Tecnologia, V. 25, nº 1, disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/articleview/28191>.

Prior, H. (2019). Mentira e política na era da pós-verdade: *fake news*, desinformação e factos alternativos. In: P. Lopes & B. Carriço Reis, *Comunicação Digital: média, prtáticas e consumos*. Lisboa: Edual, pp. 75-98. Disponível em <https://nipcom.autonoma.pt/ebook-comunicacao-digital-media-praticas-e-consumos/>

Prior, H., Guazina, L. & Araújo, B. (2015). “Corrupção e Escândalo Político: o enquadramento do escândalo Face Oculta e Mensalão na imprensa portuguesa e brasileira”. *Revista Media & Jornalismo*, nº 26, vol. 14, Nº 1. “Corrupção, Política, Media e Democracia”. Universidade Nova da Lisboa. Disponível em: <http://cicdigitalpolo.fcsh.unl.pt/pt/revista-media-jornalismo-26-corrupcao-politica-media-e-democracia/>.

Protest, D. *et al.* (1991). *The Journalism of Outrage: Investigative Reporting and Agenda Building*. New York: The Guilford Press.

Rodrigues, A. D. (1984). *O campo dos Media, Discursividade, Narratividade, Máquinas*. Lisboa: Comunicação & Linguagens, Vega.

Safire, W. (1980). *Political Dictionary*. New York: Ballantine Books.

Sherman, L. (1978): *Scandal and Reform: Controlling Police Corruption*, Berkeley, Los Angeles. London: University of California Press.

Thompson, J. B. (1995). *Media and Modernity, A Social Theory of The Media*. Cambridge: Polity Press.

Thompson, J. B. (2000). *Political Scandal: Power and Visibility in the Media Age*. Cambridge: Polity Press.

Todorov, T. (1970). *As Estruturas Narrativas*. São Paulo: Editora Perspetiva.

Vattimo, G. (1992). *A Sociedade Transparente*. Lisboa: Relógio D'Água Editores.